

Dívida com bancos *Externa* terá redução de 37%

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, informou ontem que o Brasil deverá conseguir um desconto de 37% (US\$ 15,7 bilhões) na dívida de US\$ 42,5 bilhões que vem sendo renegociada desde a semana passada com credores privados estrangeiros, em Nova Iorque. Com isso, a dívida externa brasileira cairá de US\$ 118,4 bilhões para US\$ 102,7 bilhões. Na renegociação, o Brasil propôs aos banqueiros cinco alternativas para transformar a dívida em bônus de longo prazo, incluindo redução do pagamento dos juros nos primeiros anos.

Em outra entrevista, o diretor da área externa do Banco Central, Arminio Fraga, garantiu que "o acordo que o Brasil está fechando com os banqueiros estrangeiros privados é autofinanciável", ou seja, o Brasil só pagará se receber novos empréstimos do exterior, seja de banqueiros, de organismos como o Banco Mundial ou governos de países ricos. O memorando técnico de entendimentos que acompanha a carta entregue ao FMI fixa em US\$ 8 bilhões o limite de endividamento do setor público no exterior, em 1992. Hoje, a dívida pública com o exterior soma US\$ 92 bilhões. O documento não cita, no entanto, quanto o Brasil pretende pagar ao exterior em 1992, porque ainda vem renegociando a dívida com os credores privados.

O memorando informa que o Brasil tem hoje uma dívida vencida e não paga a credores estrangeiros que se aproxima hoje de US\$ 16,7 bilhões. A ideia é renegociar essa dívida e pagá-la a longo prazo. O documento revela ainda que o balanço de pagamentos do país (entradas e saídas de moedas fortes) terá este ano um déficit de aproximadamente US\$ 6 bilhões, que será transformado em superávit não inferior a US\$ 7,3 bilhões no ano que vem, graças à renegociação da dívida externa, à entrada de US\$ 2,08 bilhões do FMI e a financiamentos de organismos multilaterais.

Déficit em 93 — A conta com o exterior terá ainda saldo positivo para o Brasil por causa do superávit de comércio, que deve bater em US\$ 12 bilhões. Pelos acertos com o FMI, as exportações de 1992 vão aumentar 8% nominais (descontada a inflação do dólar) e as importações 7%. Mas o balanço de pagamentos voltará a ser deficitário em 1993, com um teto de US\$ 300 milhões, porque até lá o Brasil já estará pagando sua dívida externa.

Arminio Fraga informou que, enquanto não terminar a renegociação com os bancos privados, o Brasil continuará pagando apenas 30% dos juros que estão

vencendo, conforme decisão unilateral tomada em janeiro passado. Já as reservas internacionais vão subir cerca de US\$ 2 bilhões no ano que vem, podendo chegar a US\$ 9 bilhões. Para este ano, o governo espera chegar ao dia 31 de dezembro com reservas líquidas de US\$ 7,37 bilhões.

Ao explicar ontem o memorando técnico do acordo com o FMI, o diretor de política monetária do Banco Central, Pedro Bodin, confirmou que a inflação embutida nas metas negociadas com o FMI "ficará entre 12% e 15% em junho" de 1992. Uma tabela usada pelo Banco Central, não divulgada, prevê uma inflação de 26% em janeiro, caindo três pontos percentuais a cada mês, chegando 14% em maio. A partir daí, a inflação cairá dois pontos percentuais por mês, baixando em novembro para 2% ao mês.

Crédito — O crédito interno líquido — dinheiro em circulação na economia menos as reservas internacionais líquidas — será apertado nos primeiros seis meses do ano que vem. Para se ter uma ideia, ele crescerá apenas 3,7% entre março e junho. As metas rígidas acertadas com o FMI valem só até 30 de junho, havendo nova negociação válida para o segundo semestre.

Bodin fez questão de frisar que esse crédito interno líquido será fortemente influenciado pelas reservas internacionais. Ou seja, se as reservas aumentarem, o crédito será menos apertado no primeiro semestre de 1992. Por causa da queda inflacionária prevista, o Banco Central estima que terá de permitir um aumento de pelo menos 50% no papel-moeda em circulação no primeiro trimestre de 1992. Comparando-se com uma inflação estimada em 86% nos primeiros três meses do ano que vem, fica claro que o dinheiro continuará escasso. O secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente, explicou que o governo só terá condições de reduzir o aperto monetário (oferta de dinheiro) quando atingir a meta de aumento de US\$ 12 bilhões na arrecadação de impostos, prevista na reforma tributária de emergência em votação pelo Congresso.

Pelas contas que os técnicos do FMI aprovaram, segundo o diretor da área externa do Banco Central, o Brasil não precisará de qualquer nova mididesvalorização cambial em 1992. Arminio Fraga disse ainda que o Banco Central não tem a pretensão de unificar o dólar comercial com o dólar turismo. Ele apontou o baixo ágio verificado nos últimos dias entre o câmbio comercial e o *black* como prova de que há confiança na política econômica do país.